



ACÓRDÃO Nº1935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12324/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru-SAAE
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Sra. Maysa Pinheiro Monteiro - Diretora-Presidente da SAAE
- 6- **Advogado:** Leonardo de Souza Guimarães - OAB/AM nº 1015-A
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6235/2022-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Revelia. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Manacapuru-SAAE, exercício financeiro de 2019, sob responsabilidade da **Sra. Maysa Pinheiro Monteiro**, na condição de Diretora-Presidente e ordenadora de despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, pelas razões expostas no presente Relatório/Voto;
- 10.2. **Considerar revel** a **Sra. Maysa Pinheiro Monteiro**, nos termos do art. 88 do Regimento Interno;
- 10.3. **Aplicar Multa** à **Sra. Maysa Pinheiro Monteiro**, no valor de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), com base no art. 54, I, “a”, da Lei nº 2423/96 c/c 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelo atraso no envio dos balancetes mensais dos meses de competência de janeiro a dezembro de 2019, excetuado o mês de julho de 2019 (Restrição 6 do Relatório Conclusivo nº 185/2022-DICAMI);



ACÓRDÃO Nº1935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa à Sra. Maysa Pinheiro Monteiro no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com base no art. 54, VII da Lei nº 2423/96 c/c 308, VII, "a" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelas restrições de nº 1 a 5 do Relatório Conclusivo nº 185/2022-DICAMI, que permaneceram não sanadas, e que configuram afronta a legislação pátria aplicável:

10.4.1. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, acima registrado, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil -



ACÓRDÃO Nº1935/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, dando ciência à parte interessada, por meio de seus advogados constituídos.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral